

— notário —

*João Ricardo Menezes*



Rua de Camões, 219, 1º Esq. / 4000-145 Porto  
Telf.: 222085410-11 / Fax.: 222085412

## Certidão

Eu, abaixo assinado, certifico que a fotocópia apensa, está conforme o original e foi extraída da escritura exarada de folhas *Trinta e Dois* a folhas *Trinta e Três Verso* do Livro de notas para escrituras diversas número *Cento e Dez - A*, deste Cartório, bem como do respectivo *Documento Complementar*, que dela faz parte integrante.-----

Ocupa *dez* folhas, devidamente numeradas e rubricadas, que têm aposto o selo branco deste Cartório.-----

*Porto, Cartório Notarial de João Ricardo da Costa Menezes, aos vinte e sete de Fevereiro de dois mil e doze*-----

Emitida factura/recibo n.º 206.

Acto conferido e registado sob o n.º PA 201 /2012.

*A Colaboradora do Notário*

*Marta Pinto*  
\_\_\_\_\_  
*Marta Pinto*

(N.º de inscrição 165/02 – por expressa delegação nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 8.º do D.L. 26/2004 de Fevereiro registada em 31/01/2011)

*[Handwritten signature]*

## ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

No dia vinte e sete de Fevereiro de dois mil e doze, no Cartório Notarial sito à Rua de Camões, n.º 219, 1º esquerdo, no Porto, perante mim, notário, João Ricardo da Costa Menezes, oficial público, compareceu como outorgante:-----

-----JOSÉ HENRIQUE PRAÇA DE ALMEIDA CRUZ, NIF 173.127.746, solteiro, maior, natural da freguesia de Glória, concelho de Aveiro, residente na Rua do Choupelo, nº 917, 1º direito, 4400-088, freguesia de Oliveira do Douro, concelho de Vila Nova de Gaia, portador do Bilhete de Identidade nº 4877571, emitido em 09 de Agosto de 2004, pelos SIC de Lisboa, que na qualidade de *presidente da direcção mandatado*, outorga em representação da associação "DIAS FELIZES- ASSOCIAÇÃO CULTURAL", Pessoa Colectiva número 505.703.831, com sede na Rua do Almada, nº 28, freguesia de Santo Ildefonso, concelho do Porto, no uso dos poderes que lhe foram conferidos em Assembleia Geral de vinte de Fevereiro de dois mil e doze, qualidade e suficiência de poderes que me confirmou e verifiquei, pela ata número três da referida reunião da assembleia-geral, de onde consta,

nomeadamente a eleição e tomada de posse dos  
 órgão sociais para o quadriénio 2012-2015,  
 documento de que arquivo cópia certificada.-----

----- Verifiquei a identidade do outorgante pela  
 exibição do seu referido Documento de  
 Identificação.-----

----- E DECLAROU: -----

----- Que por escritura lavrada no Extinto Sexto  
 Cartório Notarial do Porto, no dia 04 de  
 Setembro de 2001 a folhas 127, livro 76- B, foi  
 constituída a Associação que aqui representa,  
 com alteração dos estatutos realizada no mesmo  
 cartório notarial em 27 de Novembro de 2001 a  
 folhas 113 do livro 81B ; -----

----- Que, em execução da deliberação tomada  
 por unanimidade na assembleia geral de vinte de  
 Fevereiro de dois mil e doze, altera os estatutos  
 da associação quanto aos seus artigos 1º, o nº 2  
 do artigo 9º e artigo 13º, que passam a ter a  
 seguinte redacção:-----


----- ARTIGO 1º -----

----- (NATUREZA E SEDE) -----

----- A associação adopta a denominação de  
 "DIAS FELIZES - ASSOCIAÇÃO CULTURAL",  
 tem a sua sede na Rua de Sá da Bandeira, 113,



3/p.

João Ricardo da Costa Menezes Notário
Livro 110 - 4
Fls. 33


freguesia de Santo Ildefonso, concelho do Porto  
(C.P. 4000 - 433), não tem fins lucrativos e  
durará por tempo indeterminado. -----

-----ARTIGO 9º-----

----- (ÓRGÃOS) -----

----- 2. A duração do mandato dos membros dos  
órgãos sociais é de quatro anos. -----

-----ARTIGO 13º-----

----- (VINCULAÇÃO) -----

----- A associação obriga-se pela assinatura do  
Presidente ou do Vice-Presidente, sendo certo  
que, no caso de contratações públicas via  
plataformas electrónicas, e tudo o que se mostre  
necessário nesse âmbito, é bastante e suficiente  
a assinatura apenas do Presidente. -----

----- Que a associação rege-se, em geral, pelas  
disposições da lei aplicável e, em especial, pelos  
respectivos estatutos, que são os constantes de  
um documento complementar elaborado nos  
termos do n.º2 do artigo 64.º do Código do  
Notariado, que reproduz, na íntegra, os novos  
estatutos, e se anexa à presente escritura, da  
qual faz parte integrante e cujo conteúdo ele  
outorgante declarou conhecer perfeitamente, dos  
quais constam todos os elementos essenciais

5/8

legalmente exigidos, pelo que dispensa a sua  
leitura. ....

..... É dado cumprimento ao artigo 168.º do  
código civil. ....

..... ARQUIVO: .....

..... O documento complementar referido; .....

..... Esta escritura foi lida e feita a explicação  
do seu conteúdo a que dou fé pública, nos termos  
delegados pelo Estado Português.

*Jose' Henrique Pinco de Alencar Cruz*

O Notário,

*João Paulo L. S. Pinheiro*

Conta registada sob o n.º PA 201 / 2011 *ff*

*Bom dia "2012" ff*

5/8-

1.17  
1  
R

DOCUMENTO COMPLEMENTAR, ELABORADO NOS TERMOS DO ARTIGO 64º Nº 2 DO CÓDIGO DO NOTARIADO, CONTENDO OS ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO COM A DENOMINAÇÃO "DIAS FELIZES – ASSOCIAÇÃO CULTURAL", CONSTITUÍDA POR ESCRITURA OUTORGADA NO SEXTO CARTÓRIO NOTARIAL DO PORTO.

### CAPÍTULO I

### DENOMINAÇÃO, OBJECTO, ACTIVIDADES E SEDE

#### ARTIGO 1º

#### (NATUREZA E SEDE)

A associação adopta a denominação de "DIAS FELIZES – ASSOCIAÇÃO CULTURAL", tem a sua sede na Rua de Sá da Bandeira, 113, freguesia de Santo Ildefonso, concelho do Porto (C.P. 4000 – 433), não tem fins lucrativos e durará por tempo indeterminado.

#### ARTIGO 2º

#### (OBJECTO SOCIAL)

A associação tem como objecto:

- a) A promoção da cultura e da arte;
- b) A criação, produção, gestão e promoção de eventos;
- c) O desenvolvimento e produção de projectos de formação e de investigação nos domínios artístico e cultural.

#### ARTIGO 3º

#### (ACTIVIDADES)

Para a prossecução do seu objecto a associação desenvolverá, entre outras, as seguintes actividades:

- a) Criação e produção de projectos artísticos e culturais;
- b) Pesquisa e angariação de financiamentos a projectos artísticos culturais;
- c) Gestão de espaços culturais;
- d) Assessoria a projectos artísticos e culturais;
- e) Concepção, produção e realização de cursos e ateliers / workshops de formação técnica e artística, nos domínios da produção, da criação e da técnica na Área artística;
- f) Concepção, produção e realização de actividades de "Serviço Educativo" para museus, bibliotecas e espaços patrimoniais;
- g) Concepção, organização e produção de projectos de animação e gestão de espaços de interesse cultural e artísticos.

#### ARTIGO 4º

6/8

### **(ATRIBUIÇÕES E PARCERIAS)**

Para a prossecução do seu objecto, a associação, para além de desenvolver projectos, autonomamente, poderá também participar em iniciativas conjuntas, bem como poderá estabelecer protocolos com entidades públicas, privadas ou do sector associativo, de forma a congregar esforços para a realização de fins comuns.

### **CAPÍTULO II**

### **ASSOCIADOS E QUOTAS**

#### **ARTIGO 5º**

#### **(ASSOCIADOS)**

1. Poderão tomar-se associados as pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas que se identifiquem com os presentes estatutos.
2. A admissão de associados compete à Assembleia Geral, sob proposta da Direcção. e depende de:
  - a) Declaração expressa do candidato a associado;
  - b) Aprovação por maioria absoluta em Assembleia Geral;
3. A qualidade de associado pode ser retirada:
  - a) Em caso de comportamento considerado lesivo dos interesses da associação;
  - b) Mediante pedido escrito do associado, dirigido ao Presidente da Direcção;
  - c) Por deliberação fundamentada da Assembleia Geral;

#### **ARTIGO 6º**

#### **(CATEGORIAS DE SÓCIOS)**

1. Existem as seguintes categorias de sócios:
  - a) Fundadores;
  - b) Efectivos;
  - c) Colectivos.
2. São sócios Fundadores aqueles que constituíram a associação.
3. São sócios Efectivos aqueles que, sendo pessoas individuais admitidos nos termos do artigo quinto, cumpram todos os deveres inerentes.
4. São sócios Colectivos aqueles que, sendo pessoas colectivas e admitidos nos termos do artigo quinto, cumpram todos os deveres inerentes.

#### **ARTIGO 7º**

#### **(DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS)**

1. Constituem direitos dos associados:



1.172  
7/8

- a) Ser regularmente informados das actividades da associação e sobre elas se pronunciarem, em particular nas sessões da Assembleia Geral;
- b) Participar nas actividades e iniciativas da associação e delas usufruir;
- c) Utilizar os recursos da associação, em moldes a definir em regulamento Interno; \_
- d) Eleger e ser eleitos para os órgãos da associação;
- e) Participar nas Assembleias Gerais, e aí discutir, propor e votar o que tiverem por conveniente;
- f) Exercer os demais direitos consignados na lei, nos presentes estatutos, e nos regulamentos internos e deliberações que venham a existir.

2. Constituem deveres dos associados:

- a) Contribuir para o prestígio e bom nome da associação e dos seus associados;
- b) Apoiar e divulgar as actividades desenvolvidas pela associação;
- c) Participar nas reuniões informativas, consultivas e decisórias da associação;
- d) Zelar pelo bom estado e conservação do património da associação;
- e) Efectuar o pagamento da respectiva quotização, nos montante e prazo a definir em regulamento interno.

**ARTIGO 8º**

**(QUOTAS)**

Os associados estão obrigados ao pagamento de quotas, em condições e montantes a definir em regulamento interno a aprovar pela Assembleia Geral.

**CAPÍTULO III**

**ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO**

**ARTIGO 9º**

**(ÓRGÃOS)**

- 1. São órgãos da associação: a Assembleia Geral, a Direcção e o Conselho Fiscal.
- 2. A duração do mandato dos membros dos órgãos sociais é de quatro anos.
- 3. Os órgãos da associação, são eleitos e exonerados pela Assembleia Geral.

**ARTIGO 10º**

**(ASSEMBLEIA GERAL)**

- 1. A Assembleia Geral é composta por todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, reunidos mediante convocação, feita por aviso postal, expedido para cada um dos associados com antecedência mínima de oito dias, da qual deve constar o dia, hora e local da reunião, bem como a respectiva ordem de trabalhos.



8/1.

2. A mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e um Secretário.
3. A forma de funcionamento da Assembleia Geral é a prescrita nos artigos 175º a 179º do Código Civil.
4. Compete à Assembleia Geral:
  - a) Eleger a sua mesa, a Direcção e o Conselho Fiscal;
  - b) Deliberar sobre o Relatório de Actividades e Contas de cada exercício anual apresentados pela Direcção, com o parecer do Conselho Fiscal;
  - c) Deliberar sobre as linhas gerais de actuação da associação e sobre o plano e orçamento anual proposto pela Direcção;
  - d) Deliberar sobre a admissão de novos sócios;
  - e) Fixar a joia e a quota dos associados, sob proposta da Direcção;
  - f) Eleger os membros dos Órgãos da associação;
  - g) Aprovar os regulamentos internos que sejam necessários.
5. É da competência exclusiva da Assembleia Geral:
  - a) A destituição dos titulares dos órgãos da associação;
  - b) Aprovação do balanço;
  - c) A alteração dos Estatutos;
  - d) A extinção da associação;
  - e) A autorização para demandar os administradores por factos praticados no exercício do cargo;

#### **ARTIGO 11º** **(DELIBERAÇÕES)**

1. A Assembleia Geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de metade, pelo menos, dos seus associados.
2. As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos associados presentes.
3. As deliberações sobre alteração dos estatutos exigem o voto favorável de três quartos do número dos associados presentes.
4. A deliberação sobre a dissolução da associação exige o voto favorável de três quartos do número de todos os associados.

#### **ARTIGO 12º** **(DIRECÇÃO)**

1. A associação é dirigida e administrada por uma direcção composta de um Presidente, um Vice-Presidente e um Tesoureiro.

9/11/17  
17/11/17  
17/11/17

2. Compete, em geral, à direcção, dirigir e administrar a associação, zelando pelos seus interesses e impulsionando o desenvolvimento das suas actividades e, em especial:

- a) Proceder à convocação da Assembleia Geral, ordinariamente uma vez em cada ano e, extraordinariamente, sempre que entender conveniente;
- b) Propor à Assembleia Geral, com prévio Parecer do Conselho Fiscal, a fixação ou alteração de quotas e quaisquer outras contribuições obrigatórias e determinar, com parecer favorável do mesmo Conselho a suspensão do pagamento da joia na admissão de sócios, por períodos que julgue convenientes;
- c) Propor à Assembleia Geral o plano de actividades e o orçamento e executá-lo;
- d) Apresentar anualmente à Assembleia Geral o relatório de gestão e contas;
- e) Propor à Assembleia Geral a aprovação de regulamentos internos;
- f) Apresentar quaisquer propostas à Assembleia Geral;
- g) Aprovar a aceitação de subsídios, doações, heranças ou legados;
- h) Admitir ou dispensar os empregados da associação e fixar os respectivos vencimentos;
- i) Representar a associação e exercer as demais competências que a Assembleia Geral nela delegar.

#### **ARTIGO 13º**

##### **(VINCULAÇÃO)**

A associação obriga-se pela assinatura do Presidente ou do Vice-Presidente, sendo certo que, no caso de contratações públicas via plataformas electrónicas, e tudo o que se mostre necessário nesse âmbito, é bastante e suficiente a assinatura apenas do Presidente.

#### **ARTIGO 14º**

##### **(CONSELHO FISCAL)**

1. O Conselho Fiscal é composto por um Presidente, um secretário e um Relator.
2. Compete ao Conselho Fiscal:
  - a) Fiscalizar os actos financeiros e administrativos da direcção;
  - b) Elaborar parecer anual sobre o relatório e contas apresentados pela direcção;
  - c) Examinar a escrita da associação;
  - d) Dar parecer sobre a fixação e alteração da jóia e quotas e outras contribuições obrigatórias propostas pela direcção à Assembleia Geral;

#### **CAPÍTULO IV**

##### **BENS**

#### **ARTIGO 15º**

##### **(CONVOCAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA DIRECÇÃO E CONSELHO FISCAL)**

10/8.

1. A Direcção e o Conselho Fiscal devem reunir com a periodicidade que entenderem conveniente, sendo, para o efeito, convocados pelos respectivos Presidentes e só podem deliberar com a presença da maioria dos seus titulares.
2. As deliberações da Direcção e do Conselho Fiscal são tomadas por maioria dos votos dos titulares presentes, tendo o seu Presidente, além do seu voto, voto de qualidade.

#### ARTIGO 16º

##### (RECEITAS E DESPESAS)

Constituem receitas da associação:

- a) A joia e quotização dos associados;
- b) Financiamentos, subsídios e donativos de entidades públicas ou privadas;
- c) O produto de venda de publicações próprias e outros produtos.

#### CAPÍTULO V

##### DISPOSIÇÕES COMUNS

#### ARTIGO 17º

##### (REQUISITOS DAS DELIBERAÇÕES)

Quando se realizarem eleições ou esteja em causa juízo de valor sobre pessoas, a votação será feita por escrutínio secreto.

#### ARTIGO 18º

##### (DISPOSIÇÃO FINAL)

Em tudo o que estes estatutos forem omissos, aplicar-se-ão os regulamentos internos aprovados pela Assembleia Geral e as disposições legais aplicáveis.

João Henrique Pereira de Almeida Cruz

O Notário,  
João Paulo da Silva